

Estrutura e ação nas ciências sociais: Um debate preliminar em Marx, Weber, Durkheim, Bourdieu, Giddens, Anselm Strauss e Norbert Elias

Alessandro André Leme¹

RESUMO: O propósito deste *paper* é a realização de um debate (preliminar) sobre o embate entre *estrutura* e *ação* que historicamente marcou e ainda continua a influenciar as discussões dentro das ciências sociais, especialmente, no campo da teoria social. Ao discutirmos as teorias centradas na *estrutura* e as teorias centradas na *ação*, além de nos darem um panorama histórico do movimento teórico-metodológico realizado pelas Ciências Sociais, ainda, nos dá condições de indagarmos como a alteridade (a relação com o outro) se insere tanto nas primeiras, quanto nas segundas. Ainda temos por decorrência uma inquietação sobre a validade ou não das produções de tais teorias mediante aos "novos" acontecimentos e ordenamentos sociais que estamos vivenciando com os avanços informacionais/tecnológicos e na genética. Será que tais avanços também nos trazem a necessidade de redefinição da própria teoria social ou ainda não temos condições de a fazer-la (este aspecto não será central no trabalho, porém não é menos importante por isso, é apenas um fator decorrente da escolha que fizemos). Para tal, reverberamos sobre alguns autores clássicos e alguns contemporâneos que achamos relevante para essa discussão na tentativa de evidenciarmos as especificidades e os avanços alcançados nesse campo do saber.

PALAVRAS-CHAVES: Estrutura, Ação, Teoria Sociológica.

ABSTRACT: The intention of this paper is the accomplishment of a debate (preliminary) on the shock between structure and action that historical event it marked and still it continues to inside influence the quarrels of social sciences, especially, in the field of the social theory. When arguing the theories centered in the structure and the theories centered in the action, beyond in giving to a historical panorama of the movement theoretician-methodological to them carried through for Social Sciences, still, in give conditions to them to inquire as the diversity (the relation with the other) if it inserts in such a way in the first ones, how much in second. Still we have for result a fidget on the validity or not of the productions of such theories by means of "new" the social events and orders that we are living deeply with the information in net/technological advances and in the genetics. It will be that such advances also in them bring the necessity of redefinition of the proper social theory or still we do not have conditions of you make it (this aspect will not be central in the work, however it is not less important therefore, is only one current factor of the choice that we made). For such, we reverberate on some classic authors and some contemporaries who we find excellent for this quarrel in the attempt to evidence the specificities and the advances reached in this field of knowing.

KEYWORDS: Structure, Action, and Sociological Theory.

INTRODUÇÃO

As Ciências Sociais desde o seu surgimento em meados do século XIX é marcada por um embate entre teorias centradas na *estrutura* e teorias centradas na *ação*. Historicamente verificamos no que tange as ciências sociais que o embate supra, apresenta-se marcante nos trabalhos científicos dos clássicos (Marx, Weber e Durkheim). Embora não possamos definir tão linearmente os autores em proposições centradas na *estrutura* e proposições centradas na *ação*, é evidente a predominância de um autor em um ou em outro enfoque. No caso dos autores clássicos, com a devida ressalva já exposta, salientamos que Weber estaria apoiado numa teoria da *ação* enquanto Marx e Durkheim estariam apoiados numa teoria da *estrutura*, embora diferenciadas entre si.

A problemática da *estrutura* e da *ação* não só marcou o pensamento dos autores clássicos como também influenciou o pensamento dos autores contemporâneos nas ciências sociais e na sociologia em particular. Porém, algumas distinções acerca desta dualidade de macro-teorias e micro-teorias dentro das ciências sociais devem ser salientadas tendo em vista que muitos dos autores posteriores aos clássicos desenvolveram teorias cujo fim era evidenciar os possíveis avanços e superações do embate entre *estrutura* e *ação* presente nas teorias dos autores clássicos. Alguns dos autores contemporâneos que buscam de forma explícita ou implicitamente tais superações também serão objeto de análise neste modesto trabalho, aqui destacamos alguns, a saber: Bourdieu, Giddens, Anselm Strauss, Norbert Elias dentre outros que se inserem dentro da discussão que pretendemos enumerar. Sabemos que essa superação é de difícil arranjo, necessitando, em alguns momentos, da elaboração de conceitos chaves para inteligibilidade da proposta de superação/avanço no embate supra.

DESENVOLVIMENTO

Começaremos pela noção de estrutura em Marx que é pensada dentro da perspectiva de que o homem é um ser social que se divide em classes sociais dicotomizadas – *donos dos meios de produção e trabalhadores que vendem sua força de trabalho para os donos dos meios de produção* - Seria esta luta de classe dentro de um processo histórico o principal fator estrutural para superação do capitalismo a caminho de uma sociedade sem classe, onde o homem seria portador de emancipação civil, política, econômica e social.

Marx com a elaboração do materialismo histórico nos apresenta uma sociedade marcada pelo conflito de classe, cuja centralidade de tal conflito é dada pela centralidade do domínio e da exploração dos donos dos meios de produção – capitalistas – sobre a classe trabalhadora que vende sua força de trabalho – proletariado. O proletariado se encontraria alienado na sociedade em função da própria forma social com que o mundo do trabalho se organizaria, ou seja, pela própria divisão social do trabalho².

Outro aspecto que pode ser evidenciado como um dos propósitos de Marx se refere ao estudo do regime do Capital, cujo, uma das finalidades foi o de verificar e/ou evidenciar as tendências gerais, as conexões de sustentação, as estruturas e as “leis de movimentos” (assenta-se aqui numa lógica racionalista) dentre outros aspectos que serão evidenciados no decorrer deste texto.

Embora no processo global de produção do regime capitalista há uma lógica em que as decisões dos produtores sejam tomadas no âmbito privado, a realização de seus respectivos valores vão se dar de forma determinada socialmente, o que implica em dizer que as unidades econômicas se encontram descoordenadas num quadro em que prevalece a anarquia no processo de produção. Neste processo, o caráter social dos trabalhos privados é oriundo da Lei do Valor.

Por meio da lei de valor se evidencia a mercadoria produzida enquanto uma forma específica de riqueza e o dinheiro enquanto uma forma geral de riqueza. É deste estudo aprofundado da forma valor que Marx investiga a natureza do dinheiro enquanto forma de existência social dos produtos resultados do trabalho e, do dinheiro e de suas respectivas funções presentes no processo de circulação das mercadorias que o constitui com isto, numa “substância social progressiva”. (Mazzucchelli, 1985).

O momento de conversão do dinheiro em capital é o momento lógico da conversão das determinações mercantis em determinações capitalista (Mazzucchelli, 1985). Isto significa dizer que o valor que se valoriza passa então a regular o movimento da produção social.

Porém, que há um processo de valor que se valoriza em Marx, está evidente, no entanto este processo ocorre mediante a apropriação de trabalho não pago ao trabalhador pelo capitalista no processo de produção de mercadorias (na qual o trabalhador também é uma mercadoria quando inserido nos modos de produção especificamente capitalista).

Essa apropriação só é possível porque o processo de produção de mercadorias no capitalismo apresenta uma unidade entre os processos de produção de valores, ou seja, entre os valores de uso (objetos de trabalho – natureza mais

matérias primas – somados aos meios de trabalho que seria igual aos meios de produção) e o valor, ou mais valor enquanto processo de valorização.

É justamente por meio da apropriação do trabalho não pago que o capital valoriza a si mesmo de forma ininterrupta e “progressiva”, isto porque nos modos de produção capitalista o trabalhador também é uma mercadoria, porém, diferente das outras, pois é mediante ao trabalho realizado e não pago a ele (trabalhador) que há o processo de valorização do valor.

Este processo de valorização ocorre porque o trabalhador é remunerado pelo seu trabalho útil (necessário) que é associado à esfera qualitativa. Já a criação do valor decorreria de um determinado tempo de trabalho necessário para produção de mercadorias, associando-se com isto a aspectos quantitativos. Neste momento de produção da mais-valia todos os elementos da produção se convertem em formas de capital, ou seja, em capital constante e capital variável. Donde no processo de produção dos valores de uso o trabalho acaba por comandar os meios de produção, ao passo que no processo de valorização o capital constante passa a comandar o capital variável. Dito de outra forma, o processo de valorização comanda o processo de produção de valores de uso – o capital comanda o trabalho –. Com isto, os elementos objetivos deste processo (trabalho morto) passam a comandar os elementos subjetivos (trabalho vivo).

A busca de ampliação do valor torna-se plenamente possível por meio de certas condições de organização da sociedade em relação ao processo econômico de produção que evidencia que os limites para a ampliação quantitativa do circuito D-M-D' de valorização são apenas expressão da ampliação do próprio valor, ou seja, a ação das forças produtivas – aspectos concretos (máquinas, equipamentos, ferramentas) ou não (técnica, ciência, força de trabalho), contribuem para o processo de produção e envolve simultaneamente a fase de investimento (D-M) e a de venda ou realização (M-D'). O circuito do (D) é progressivo ao passo que o circuito da (M) se encerra ou se finaliza no consumo.

Marx ao definir capital como uma relação social de dominância do trabalho, nos apresenta a lógica do movimento do capital que busca de forma desenfreada uma expansão quantitativa, donde há como resultante da força de trabalho a extração da mais-valia. Neste sentido, os lucros não seriam pressionados pelos salários, mas sim, apoiar-se-iam nas quatro dimensões da economia capitalista, a saber: as decisões de acumulação, a determinação dos salários, as possibilidades do nível de produto e a relação entre o plano macro e microeconômico.

Este processo de acumulação e de determinação dos salários ocorre exclusivamente por meio das decisões de movimentar o capital na busca de expansão

quantitativa, cujo trabalho se insere e, é central, neste processo de produção de mercadorias. Tal processo é marcado pelos donos dos meios de produção de um lado e, do outro, pelos vendedores da força de trabalho, sendo que nesta relação social estabelecida há a apropriação de uma parcela de trabalho não pago ao trabalhador pelo capitalista, seja pela ampliação direta e imediata da jornada de trabalho (extraíndo a mais-valia absoluta) ou pela diminuição do tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias (extraíndo a mais-valia relativa), tanto em um, quanto no outro há um aumento desenfreado e progressivo do capital.

O movimento, dissociativo e antagônico, entre os salários e os lucros em Marx decorre da revolução que o mesmo insere na forma teórica de se explicar e compreender qual seria o movimento realizado nos modos de produção e nas organizações sociais como totalidade social do capitalismo, rompendo com isto, a concepção Ricardiana de pressão salarial sobre os lucros, isto porque para Ricardo o produto seria dividido sempre em duas partes, a saber: os salários e os lucros. Porém, Marx vem evidenciar que a dinâmica capitalista, ou melhor, que a produção e reprodução do capital se dá de forma ilimitada, num processo progressivo e contínuo de valorização do valor.

No processo de produção capitalista, o aspecto fundamental é que a criação de valor é baseada no trabalho, ou melhor, no trabalho não pago. Isto porque o trabalho concreto – esfera 'natural' – e o abstrato – esfera social –, assim como a mercadoria (possuidora de valor de uso – esfera natural – e, de valor de troca – esfera social), passa a estar intrinsecamente marcados por uma formação social, donde o trabalho social é o responsável pela reprodução da sociedade.

Neste sentido, pode-se afirmar que a base técnica é fundamental para possibilitar que o capital se recrie e, com isto, propicie não só que haja a reprodução do trabalhador enquanto trabalhador assalariado como também se recriaria a própria ampliação dos mercados pelo seu próprio mecanismo expansivo e progressivo de acumulação. Revelando-se assim seu duplo caráter; o caráter antagônico presente na relação social antagônica contida na extração da mais-valia e, o caráter progressivo marcado pelo processo de valorização máxima decorrente da apropriação também máxima de trabalho não pago.

O processo de produção pode ainda, de forma sintética, ser marcado por três grandes relações, a saber: uma relação antagônica evidenciada pela extração da mais-valia, ou seja, pelo antagonismo de classe entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores que vendem sua força de trabalho aos capitalistas e, desta relação social extrai-se a mais-valia (de forma absoluta ou relativa). Uma relação revolucionária decorrente da objetivação do processo material no processo de produção

e pela influência civilizatória com a possibilidade histórica de produção e reprodução social do capital de forma progressiva e, por fim, anárquica pela concorrência inter-capitalistas, pelo controle e pela celebração do individualismo.

A superprodução do capital é um fator importante para compreensão do modo de produção especificamente capitalista, assim como também o é o tipo de relação social existente no regime capitalista. Aqui, pretendemos desenvolver um pouco sobre as relações inter-capitalistas vis-à-vis a relação capital/trabalho. Ao passo que a primeira é marcada pela concorrência privada e anárquica inter-capitalistas na busca imanente da acumulação do capital, a segunda, marca uma relação de criação do valor cuja centralidade é a exploração da força de trabalho que se encontra de forma antagônica e contraditória ao capital. É por meio do trabalho assalariado, da perda de controle do trabalhador sobre os meios de produção e conseqüentemente do distanciamento do trabalhador sobre o produto do seu trabalho que vai se reificando a relação capital/trabalho (subsunção formal e real do trabalhador).

Giddens (1994 e 1998) ao comentar Marx afirma que a alienação do trabalhador explorado pode ser de duas formas: a alienação tecnológica que ocorreria nos meios de produção e a alienação de mercado que ocorre na forma com que o mundo do trabalho é organizado/estruturado. Ao passo que a primeira evidencia a especialização, a segunda nos mostra a extração da mais-valia. Tanto uma quanto outra encontram-se presentes na divisão social do trabalho no modo de produção capitalista.

Ao analisarmos os escritos (obras e textos) de Marx e verificarmos sua predominância numa compreensão teórica centrada na estrutura, alguns conceitos metodológicos se fazem essenciais para um entendimento do autor. Um deles é a indissociabilidade entre a esfera econômica e a política, o pensar a ciência e a atuação social das classes sociais dentro do conceito de *praxis* revolucionária (teoria e prática são duas esferas pertencentes a uma mesma situação/processo, que se dá de forma dialética).

Durkheim também é um teórico que podemos evidenciar sem muita dificuldade sua predominância na noção de estrutura, porém, um tanto diferenciada da de Marx. Durkheim também concebe o indivíduo como um ser social, mas não organizado em classes sociais como Marx afirmara.

Não há pois nada mais urgente que procurar libertar dele (preconceito) definitivamente a nossa ciência; é esse o objectivo principal dos nossos esforços (Durkheim, 1996:25)

É importante salientar que Durkheim apresenta suas contribuições a sociologia a partir de sua tese de doutoramento sobre *A Divisão Social do Trabalho* (De la division du travail social), publicada em 1893, onde Durkheim demons-

tra que o desenvolvimento dos indivíduos tem estrita ligação e dependência com o desenvolvimento da sociedade, esta foi sua primeira grande obra.

Em 1894 com *As Regras do Método Sociológico (Règles de la méthode sociologique)*, Durkheim elabora um método em defesa dos princípios iniciados na sua tese de doutoramento, quais sejam: o entendimento dos fenômenos sociais enquanto fatos sociais³.

Outra obra importante de Durkheim é *O Suicídio*, um estudo sociológico (*Le Suicide, étude de sociologie*) de 1897, que põem a prova sua metodologia ao realizar uma ampla pesquisa quantitativa sobre o suicídio, provando que o suicídio, ou as causas que levam alguém a querer se matar (seja de forma positiva ou negativa) são de natureza sociológica e não individual.

Por fim, e como livro considerado da maturidade de Durkheim, *As Formas Elementares da Vida Religiosa (Les Formes élémentaires de la vie religieuse)* de 1912, é talvez o seu mais importante livro. Neste livro, Durkheim elabora uma teoria geral da religião partindo de análises centradas nas instituições religiosas mais simples e mais primitivas. Uma das idéias centrais do autor nesta obra é de fundamentar uma teoria das religiões superiores no estudo das formas religiosas primitivas, onde o totemismo acaba por revelar a essência da religião. A partir do estudo do totemismo, Durkheim prova que se possa apreender a essência de um dado fenômeno social observando suas formas mais elementares.

A noção de estrutura é evidenciada neste autor pela idéia de consciência coletiva e representação coletiva, ambos conceitos chaves para o entendimento da teoria que o autor elaborou como sendo algo específico ao olhar da sociologia nascente, ou seja, apresenta as especificidades e as justificam como forma de validar cientificamente este novo tipo de saber que esta propondo para o entendimento e compreensão da sociedade (sociologia) que não o olhar da psicologia, da filosofia ou da economia.

Tanto a representação coletiva como a consciência coletiva enquanto fator estrutural da sociedade, não são compostas pela soma das partes, a sociedade é sempre maior que a soma das partes, ou seja, não é a soma das representações individuais que redundam na representação coletiva, mas sim as representações individuais que são expressões objetivadas das representações coletivas.

A objetivadas da sociedade em Durkheim passa por afirmar que os fatos sociais são exteriores e coercitivos aos indivíduos, ou seja, as ações individuais seriam reflexo da internalização da consciência coletiva de um determinado grupo social.

Giddens (1994 e 1998) salienta que não há uma única consciência coletiva, diversas sociedades são portadoras de diferentes consciências coletivas que por sua vez engendram algumas diferenças nas organizações sociais.

Durkheim também dá importância a divisão do trabalho, porém, dentro de uma perspectiva diferenciada da de Marx, ou seja, Durkheim parte da idéia de que a divisão do trabalho engendra a solidariedade (ao passo que para Marx ela é causadora de conflito). Os indivíduos compreendem o significado da divisão do trabalho enquanto uma especialização que quando vista de forma integrada é fundamental para a solidariedade orgânica, para reprodução da ordem social. A única exceção a essa solidariedade seria a divisão forçada do trabalho enquanto um fato anômico, trazendo sérios prejuízos à coesão social.

Como forma de exemplificar um pouco da construção teórico-metodológica elaborada por Durkheim, iremos brevemente expor como o autor a aplica a um estudo de caso, o estudo sobre o Suicídio.

A verificação de como Durkheim constrói seu problema acerca das questões relativas ao suicídio tem como ponto de partida um pressuposto lógico de verificação das hipóteses que será demonstrado a partir de um exercício analítico-descritivo do capítulo terceiro "*O Suicídio e os Fatores Cósmicos*" do livro "*O Suicídio – estudo sociológico*", que demonstra sua riqueza e rigor metodológico no desenvolvimento de uma pesquisa quantitativa.

A pesquisa de Durkheim contou com um recorte geográfico que envolveu vários países da Europa e suas respectivas taxas de suicídios, dentre os países trabalhados estão a França, a Prússia, a Inglaterra, a Itália, a Dinamarca, a Áustria dentre outros.

Para Durkheim, o desenvolvimento de uma pesquisa de característica eminentemente sociológica se dá num primeiro momento pela relação contrastiva do fenômeno social (fato social) com os fenômenos psíquicos ou biológicos/químicos. É nesta diferenciação e ao mesmo tempo de definição de qual o objeto de estudo da sociologia que o autor começa relacionando no capítulo terceiro.

A importância de delinear claramente qual seria o objeto de estudo da sociologia em contraste com o objeto da psicologia, da biologia e da própria química é fundamental para Durkheim.

O fenômeno a ser observado e tratado como social para Durkheim (em sua sociologia) é o Suicídio, porém, o caminho metodológico realizado para defini-lo como um *fato social* partiu da refutação do suicídio como um fenômeno psíquico e/ou orgânico.

Porém, a refutação de causas psíquicas e orgânicas do suicídio exigiu do autor uma pesquisa quantitativa, sendo necessário para o seu desenvolvimento à centralização nas taxas dos suicídios e não no suicídio em si, ou seja, foi preciso quantifica-

lo, mensura-lo para poder inferi-lo como um fato social. Durkheim parte de um entendimento que é só explicando um determinado fenômeno que se poderá compreendê-lo, daí a importância de se realizar uma pesquisa quantitativa para o autor.

Primeiramente foi refutada a predisposição individual como causadora determinante do suicídio, ou seja, refutou-se qualquer hipótese ou tentativa de evidenciar o suicídio como um fenômeno estritamente ligado às condições psíquicas dos indivíduos. Com isto não só se eliminou o determinante individual do suicídio como também o tirou da esfera individual de causas.

Uma vez tendo eliminado os fatores individuais, o autor insere as condições materiais ou cósmicas como possíveis causadoras do suicídio, assentando-se no argumento de que assim como muitas doenças são manifestadas em certas condições materiais e não em outras, o suicídio também poderia estar associado de alguma forma a essas diferenciações cósmicas (materiais/biológicas).

Caso tal argumento centrado nos fatores cósmicos se verificasse, não se poderia atribuir o suicídio como um fenômeno social, mas sim natural por evidenciar que alguns indivíduos seriam naturalmente impulsionados seja pelo ambiente natural ou por certas características bioquímicas inerentes a alguns indivíduos.

De todo o conjunto de fatores e causas ligadas ao meio material somente o clima e a temperatura sazonal aparentemente teriam alguma influência sobre as taxas dos suicídios, porém, em sua pesquisa Durkheim também acaba por refuta-las.

O clima⁴ enquanto causa do suicídio é rapidamente refutado por Durkheim, para o autor ele em nada influencia nas taxas de suicídio. Nesse sentido há desde o início uma contraposição entre o autor supra e a escola italiana que explicava as taxas de suicídio pelas variações temporais.

Na pesquisa de Durkheim não se verificou uma relação entre as taxas de suicídio e as variações temporais, ou seja, explicar o suicídio pela incidência do calor não se verifica ao evidenciar que há vários países quentes que possuem baixas taxas de suicídio.

Outra hipótese contestada foi a de que logo nas primeiras alternâncias de temperatura (subida) é que haveria aumentos de suicídio, ou seja, não se verificou relação nenhuma entre as taxas de suicídio e as alternâncias de temperatura (o fato de subir ou descer a temperatura não foi relevante para a correlação das variáveis envolvidas⁵).

Por outro lado, a relação existente entre a taxa dos suicídios e as variações da duração dos dias, verificadas com a predominância dos suicídios durante

o dia seria explicado pelo fato de que é durante o dia que as relações sociais são mais intensas. Tal fato é explicado ao se verificar que as maiores taxas de suicídio se dão nos dias e nas horas onde a atividade social é mais intensa. Nesse sentido, o suicídio e suas possíveis causas só podem ser explicados pelas causas sociais, o compreendendo a partir desta relação como um fato social.

Como pode ser observada, a pesquisa de Durkheim sobre o suicídio enquanto um aspecto patológico das sociedades modernas revela uma relação marcante entre o indivíduo e a coletividade, ou seja, está posto implicitamente pelo autor até que ponto os indivíduos são determinados pela esfera coletiva. Nesse sentido, a explicação do suicídio como um fenômeno social, logo objeto de estudo da sociologia é essencial.

Porém, para defini-lo enquanto um fenômeno social Durkheim criou uma tipologia para a partir dela elaborar uma teoria geral sobre o suicídio. Para tal, o autor definiu o suicídio como sendo todo caso de morte ocasionado direta ou indiretamente, seja por atos positivos⁶ ou negativos⁷ realizados pelo próprio indivíduo e que o mesmo sabia a quais resultado chegaria.

Nesse sentido, é necessário considerar o suicídio não somente nos casos reconhecidos por todos, mas também nos casos de morte voluntária seja por honra, glória ou qualquer outra motivação cultural de um determinado conjunto de indivíduos.

Para concluir, porém, não esgotar o assunto, cabe expor que Durkheim pretende distinguir o suicídio enquanto um fenômeno individual da taxa de suicídio enquanto um fenômeno social, sendo assim, o autor explica o suicídio pela sua taxa de incidência.

Com isto, a explicação proposta por Durkheim afasta as explicações psicológicas e suas características psicopatológicas da compreensão das taxas de suicídio para explica-la e compreende-la como social, ou seja, sai das predisposições psicológicas para explica-las pelas determinações sociais propostas pelo seu método e não pelo determinismo em si.

O que Durkheim esta propondo com isto é a elaboração de uma teoria e de um método que vise explicar os fenômenos sociais, ou seja, entender estes fenômenos como Fato Social.

Fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais⁸ (Durkheim, 1995:39).

Por sua vez um fato social possui algumas características distintas dos demais fatos, quais sejam: a exterioridade às consciências individuais e a ação coercitiva que exerce sobre os indivíduos. “Somos, então, vítimas de uma ilusão que nos faz acreditar termos sido nós quem elaborou aquilo que se nos impôs do exterior” (Durkheim, 1995:32). Com isto pode-se dizer que o fato social é generalizado por ser social, mas não seu inverso.

A partir desta definição primária pode-se afirmar que o suicídio, ou melhor, as taxas de suicídio são vistas como fato social, logo, é um fenômeno exterior às individualidades e é suscetível de exercer coerção sobre as consciências individuais.

Esta idéia parte de um pressuposto que não seria o indivíduo que daria origem ao suicídio, mas este seria uma manifestação da sociedade por meio de obrigações implícitas e difusas, Durkheim exemplifica tal proposição por meio das correntes de opinião que podem levar ao casamento, ao suicídio, a uma maior ou menor taxa de natalidade, dentre outros fatos, sendo que ambos são qualificados como estados da “*alma coletiva*”.

Porém, Durkheim não ficou apenas na definição do que é um Fato Social, ele também se preocupou em verificar quais seriam as formas de observação dos fatos sociais. Neste requisito a regra fundamental ficou fundada no tratamento dos fatos sociais enquanto coisas porque é só evitando as pré-noções que se terá à efetivação na objetividade científica.

Devemos, portanto, considerar os fenômenos sociais em si mesmos, desligados dos sujeitos conscientes que deles têm representações; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, porque é deste modo que se nos apresentam (...) portanto, considerando os fenômenos sociais como coisas, não faremos mais que conformarmos-nos com a sua natureza (Durkheim, 1995:52-53).

O fenômeno em cuja explicação nos empenhamos, só pode ser imputado a causas extra-sociais de uma grande generalidade ou a causas propriamente sociais (Durkheim, 1996:19).

Nesse sentido pode-se dizer que há dois preceitos fundamentais presentes na metodologia de Durkheim, a primeira é a observação dos fatos sociais como *coisas* e a segunda é o reconhecimento da coerção que eles exercem sobre os indivíduos. Por *coisas* pode-se entender qualquer realidade observável do exterior e que cuja natureza não se conhece de imediato. O suicídio, ou melhor, a taxa de suicídios pode ser um bom exemplo onde se verificam os dois preceitos expostos acima.

Na aplicação do método proposto por Durkheim à sociologia e evidenciado na realização da pesquisa sobre as taxas de suicídio fica evidente que a explicação sociológica proposta pelo autor consiste no estabelecimento de ligações causais, ou seja, a relação de um fenômeno como causa de outro só é possível pela observação e/ou exame dos casos em que os dois fenômenos estão presentes para com isto verificar se há dependência entre eles.

Este método comparativo ou método da experiência indireta é por excelência sociológico uma vez em que a verificação da ligação entre variáveis não pode ser feita pelo método da experimentação, porém, o rigor do método comparativo proposto por Durkheim acaba por suprir a impossibilidade da experiência.

A correlação dos textos de Durkheim aqui propostas evidencia alguns pontos essenciais no pensamento do autor que estão contidos e difusos por todas suas obras, a saber: o ponto de partida sempre é a definição do fenômeno; num segundo momento se refuta as interpretações anteriores acerca do objeto evidenciado e por fim busca-se a explicação do fenômeno considerado de forma sociológica. É justamente este desenvolvimento lógico e metodológico desenvolvido pelo autor que dá originalidade ao objeto de estudo da sociologia nascente. Já, as refutações realizadas por Durkheim se referem geralmente as interpretações individualistas e as racionalizantes relativas à interpretação da economia política.

Weber por sua vez, apresenta sua produção intelectual/científica voltada para análises e interpretações predominantemente na *ação*. Nas sociedades capitalistas as ações dos indivíduos são orientadas/organizadas pelo cálculo racional, pela divisão do trabalho na administração burocrática do Estado.

Weber pressupõe que as ações dos indivíduos são orientadas por uma lógica racional (orientada visando um fim, ou por valores). Porém, a racionalidade legal não é a única forma de organização social, tendo também o carisma e a tradição que influenciam no tipo de poder como tipos puros de dominação ao lado do poder legal.

A racionalidade centrada no poder legal é a mais importante no capitalismo (e na sociedade moderna) dado a iminente tendência à burocratização da sociedade em suas diversas esferas – sociais, políticas, econômicas, militares, religiosas, dentre outras -. Perante essa tendência à burocratização, a existência de poderes centrados no carisma ou na tradição podem ser prejudiciais à continuidade de novas lideranças aptas a atuarem na divisão burocrática da administração estatal. Weber nos evidencia este fato ao descrever e analisar historicamente o legado de Bismark, ou seja, as conseqüências da saída/queda de um líder carismático do poder e o “vácuo político” deixado pelo mesmo.

Por outro lado, Weber, no livro "*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*", realiza um estudo qualitativo ao desenvolver algumas concepções metodológicas que são fundamentais tanto para o desenvolvimento da pesquisa quanto para sua compreensão.

Primeiramente Weber tenta dar um sustentáculo metodológico original à sociologia partindo de um procedimento de classificação tendo como base quatro tipos puros de ação, quais sejam: a ação racional visando um fim; a ação racional visando valor; a ação afetiva e por fim a ação tradicional. Como se verá mais a diante, na ética protestante e na análise de suas influências sobre a orientação do espírito do capitalismo há a predominância dos tipos de ação racional. Alias, a ação racional adquire predominância na sociedade moderno com a burocratização do estado capitalista como já salientado acima.

Weber em sua sociologia compreensiva visa compreender quais as motivações que orientam as ações dos indivíduos, tendo como um dos principais recursos metodológicos para tal realização, a classificação já exposta neste texto e as tipologias criadas. Nesse sentido pode-se afirmar que ao passo que Durkheim parte da explicação para se compreender, Weber partiria da compreensão para depois explicar.

Na elaboração deste método proposto por Weber que fundaria o que ele mesmo denominou de sociologia compreensiva, quando aplicada a uma de suas pesquisas sobre a "*ética protestante*" e o "*espírito do capitalismo*", algumas indagações são enumeradas, a saber: qual seria a peculiaridade do desenvolvimento do capitalismo no ocidente e não em outras partes do mundo (oriente, por exemplo?).

Para começar a responder tal pergunta/indagação, Weber parte do mesmo princípio que Durkheim, ou seja, começa refutando as hipóteses propostas. A primeira a ser refutado é a de uma explicação puramente econômica, sendo essa verificado por Weber como incapaz por si só de justificar as particularidades presentes no desenvolvimento do capitalismo do ocidente.

Num segundo momento Weber apresenta a necessidade de se compreender qual seria o *etos* específico dos primeiros empresários capitalistas europeus para se compreender o porquê este comportamento faltava nas outras civilizações.

Uma das particularidades presente no ocidente e verificado por Weber consistiu no *etos* protestante enquanto uma das fontes racionalizadoras da vida e que contribuiu para o que o autor denomina de espírito do capitalismo. Weber não pretende com isto estabelecer uma relação causal meramente mecânica entre o protestantismo e o capitalismo, mas sim compreender o quanto o *etos* protestante foi racionalizador e contribuiu com isto para a evolução do capitalismo⁹.

Nesse sentido Weber está preocupado em compreender como a ética protestante em suas motivações psicológicas e morais motivou a formação do espírito do capitalismo. No desenvolvimento de sua pesquisa sobre a análise do calvinismo do fim do século XVII (e não os próprios escritos de Calvino que viveu cerca de aproximadamente 150 anos antes). É que houve a aplicação da sociologia compreensiva no entendimento da correlação da ética protestante com o espírito do capitalismo.

A análise que Weber faz, parte da idéia de um tipo ideal de ética protestante na qual se encontra a noção de predestinação (convicção religiosa) e a noção do trabalho enquanto vocação.

Na primeira, há a referência de que ninguém saberia quais são os escolhidos, ou seja, os desígnios de Deus seriam irrevogáveis, sendo tão impossível perder sua graça uma vez a tendo ganhado, como também, tentar adquiri-la quando a foi recusada. Esta convicção acaba por eliminar gradativamente a magia, ha um desencantamento do mundo e, por conseguinte uma racionalização crescente nas diversas esferas das relações sociais.

Uma vez engendrado o processo de desencantamento do mundo juntamente com a não declaração explícita de quem seriam os escolhidos por Deus, os trabalhos enquanto vocação surge como uma tentativa de demonstrar por meio de sua eficácia social quais seriam os possíveis predestinados. Nesse sentido o trabalho mais eficaz seria uma manifestação da glória de Deus e um sinal da eleição baseada na vida ascética, ou seja, o êxito no trabalho confirmaria a vocação pessoal.

Essa conduta ascética contribuiu para a racionalização de toda a existência relacionada com a vontade de Deus, ou seja, houve uma racionalização do comportamento dos indivíduos inclusive no mundo dos negócios. Entretanto o êxito no mundo do trabalho não é sinônimo de riqueza no seu caráter de acumulação para vida ociosa, luxúria ou coisas do tipo, mas sim como forma de acumulação para o investimento. Quanto mais se investia, quanto maior produtividade se adquiria no trabalho e em contrapartida a recusa do luxo e do ócio esteve intimamente ligado a um novo estilo de vida que influenciou diretamente o espírito do capitalismo.

Por meio da ética protestante foi possível compreender o desenvolvimento do espírito do capitalismo por causa da nova característica que foi introduzida ao mundo do trabalho, ou seja, há uma fundamentação cujas origens são a moral religiosa que, por sua vez, influencia nos estilos de vida e trabalho dos indivíduos refletindo diretamente na forma, no modo de aplicação e condução dos negócios profanos.

Marx, Durkheim e Weber são autores clássicos e estão relacionando seus trabalhos com as circunstâncias políticas, econômicas, morais e sociais diferentes que caracterizavam a Inglaterra, a França e a Alemanha na segunda metade do século

XIX e começo do século XX na tentativa de superar tanto o conservadorismo romântico (da filosofia alemã), quanto o utilitarismo da economia clássica.

Ao passo que os autores citados acima buscavam esforços na tentativa de ratificar seus trabalhos dentro da dicotomia *estrutura e ação*, muitos dos seus contemporâneos inovaram ao vir com um movimento/trabalhos visando à superação dessa dicotomia, houve insistentemente esforços para criação de teorias que dessem respostas pertinentes com a utilização de uma metodologia que juntasse as análises da *estrutura* e da *ação* para o entendimento do mesmo objeto/problema.

Um dos autores que realiza tal proeza foi o professor e pesquisador da Universidade de Indiana, Chicago e Califórnia (São Francisco) Anselm Strauss que também foi professor visitante em Frankfurt, Constança, Cambridge e Manchester (Strauss, 1999:11). O autor faz parte do que se convencionou a chamar de Escola de Chicago, sendo um dos representantes mais importantes da terceira fase da escola.

A Escola de Chicago foi fundada em 1890 e recebeu os primeiros alunos em 1892, a instituição mantenedora era de denominação protestante-batista, recebendo apoio substancial da família Rockefeller. Os cientistas sociais que se reuniram nesse departamento (integrava a sociologia e a antropologia até 1929, data da separação das duas disciplinas) fundado em 1892 ainda foram fortemente influenciados pelos debates da psicologia social e pela filosofia.

A Escola de Chicago tem como marco intelectual Charles Darwin (1809-1882) com a obra *Origem das Espécies*, publicada em 1859. William James (1842-1910), John Dewey e George H. Mead dentre outros. Como pode-se perceber, a ciência social da escola supra foi marcada por uma reflexão *pragmática* permeada pela relação entre indivíduo e sociedade e pelo *evolucionismo natural e social*. A Escola de Chicago ainda contou com a influência do pensador alemão Georg Simmel (1858-1918).

Os seus respectivos intelectuais marcaram as ciências sociais por propor e desenvolver um trabalho centrado no pragmatismo norte americano e por influências relevantes do pensamento alemão de Simmel. A área do conhecimento decorrente desse processo foi o que se convencionou a chamar de *Interacionismo Simbólico*, uma tentativa de estudar o indivíduo e a sociedade com ênfase na socialização na vida adulta numa análise face a face, ou seja, a cooperação e o conflito nas ações coletivas será central no desenvolvimento do interacionismo.

A junção da identidade individual com a coletiva para realização de um estudo sociológico era de fundamental importância para Strauss, e aqui analisaremos como o autor trabalha com este problema em uma de suas obras, o livro *“Espelhos e Máscaras”* que rapidamente foi considerado um clássico do interacionismo simbólico. Na época da publicação do referido livro (pós-segunda guerra mundial),

o funcionalismo e as pesquisas de opinião estavam ofuscando um pouco a Escola de Chicago e conseqüentemente os autores que nela estavam inseridos.

As pesquisas de opinião foram muito utilizadas pela comunicação e pela política e o funcionalismo, talvez o principal rival no que concerne a evidência e importância intelectual para a época, tendo em Parsons um de seus mais importantes representantes. Parsons apresenta a necessidade da manutenção de valores comuns para coesão e permanência da ordem. A estrutura para o autor é vista enquanto um sistema de relações padronizadas entre papéis/funções, ou seja, é a estrutura enquanto organização em sistemas, sendo que esses seriam sociais e integrados. O Funcionalismo Parsoniano apresenta a centralidade no desempenho de papéis/funções na estrutura social. Para Parsons o papel social é executado e como veremos em Strauss e Goffman (por exemplo), o papel social é representado¹⁰.

Strauss procurou desenvolver e pesquisar a identidade enquanto um conceito que visava aprofundar as discussões sobre as relações entre os indivíduos e a sociedade numa análise que evita ao máximo a dicotomia entre o macro e o micro. Outro aspecto trabalhado pelo autor é o da interação estruturada, ou seja, um processo que ocorre face a face com a versatilidade de estabelecer condutas nos indivíduos. Ao passo que para Durkheim as representações são coletivas, exteriores e coercitivas aos indivíduos, para Strauss elas são decorrentes de um processo de interação entre o Eu e o Me, ou Espelho e Máscara.

A ênfase na ação e na interação é central na obra "*Espelhos e Máscaras*" e são fundamentais para compreender a influência mútua entre condições coercitivas e ação, é uma tentativa de vislumbrar a sociedade coletiva por meio da ação/interação dos indivíduos nos micros espaços sociais.

De forma geral podemos falar que a obra de Strauss aqui já referida defende que a identidade se dá de forma individual/pessoal e social ao mesmo tempo. Partindo dessa nova forma de conceituar a identidade, o autor começa por classificar e nomear o Eu (ego) e o Me (alter), analisando como se daria as interações e como essas se ligaria a problemática da organização social.

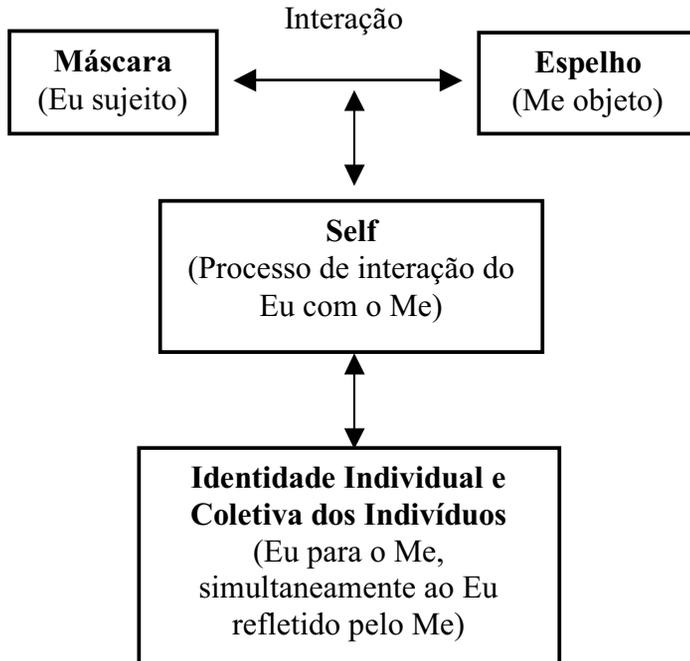
O autor ainda desenvolve sobre como se daria a identidade nos adultos (rompendo aqui com as análises psicológicas, principalmente as da psicanálise de Freud onde as identidades são processos que ocorrem apenas na infância dos indivíduos, sendo que toda formação a posteriori dos mesmos é decorrente dos processos e acontecimentos da infância) e a mudança de um olhar estrutural da identidade para um olhar mais histórico e autobiográfico. No fundo, Strauss tem a preocupação de compreender como as pessoas se organizam face a face, ou seja, como a estrutura e a ação estão presentes simultaneamente nas relações sociais.

Para demonstrar o como a estrutura e a ação fazem parte do mesmo processo, o autor nos apresenta alguns conceitos que merecem uma maior atenção. A Máscara (eu sujeito) como o eu em função das determinações/atribuições dos outros vários Me (Espelho). O Espelho (Me objeto) está por sua vez dentro da perspectiva da ação – possibilidade da ação dentro de uma estrutura. Já o Self (idéia da junção do Eu e do Me) nos apresenta que a identidade é individual e coletiva ao mesmo tempo, é criada no processo de interação de ação e contra-ação.

Ao passo que o Espelho (Me objeto) é o eu refletido pelo outro e a Máscara (Eu sujeito) é o eu para os outros, o Self seria a junção dos dois, o momento da interação do Espelho com a Máscara, ou seja, do Eu que se adianta e do Eu que é refletido pelos Me.

Vamos tentar demonstrar este modelo criado pelo autor em forma de um orgonograma.

RELAÇÃO ENTRE A IDENTIDADE INDIVIDUAL E COLETIVA EM ANSELM STRAUUS*



* Este orgonograma é uma tentativa (nossa) em demonstrar de forma ilustrada o projeto metodológico do autor.

Como evidenciado no organograma acima, Strauss junta uma discussão do comportamento simbólico a um enfoque da organização social superando tanto os problemas decorrentes das análises centradas na psicologia social como também trouxe para a sociologia a inovação no método visando a superação das análises centradas na estrutura e das análises centradas na ação.

Outro autor contemporâneo que também tenta em seus trabalhos a superação da dicotomia entre a estrutura e a ação é o sociólogo francês Pierre Bourdieu. O autor está preocupado com a estratificação do Poder (seja entre classes sociais e/ou grupos sociais ou por gênero). Para realização de tal feito, Bourdieu contrapõe o Estruturalismo e o Marxismo e de forma secundária, ainda dialoga em contraposição ao Funcionalismo Parsoniano.

As críticas e contraposições às linhagens teóricas expostas acima ficam evidentes não só nos momentos em que o autor os critica textualmente, mas sim pelo próprio desenho metodológico proposto por ele para a superação da dicotomia entre estrutura e ação, para nos atermos aos jargões utilizados por Bourdieu, para a superação do Subjetivismo (olhar fenomenológico) e do Objetivismo (estruturas sociais e estruturas simbólicas).

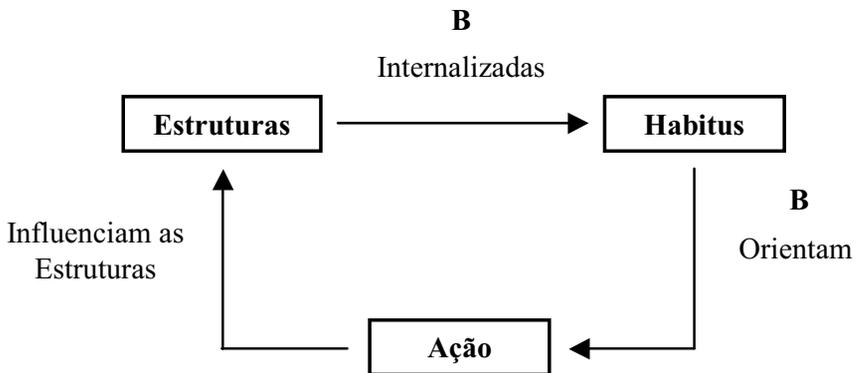
Nessa tentativa, Bourdieu fundamenta a sua proposição teórica assentada sobre algumas críticas pontuais tanto ao Subjetivismo quanto ao Objetivismo. Nesse sentido ele critica o estruturalismo porque este esquece/desconsidera a prática humana (ações individuais) e rompe com o economicismo reducionista que coloca na centralidade das relações sociais as relações econômicas.

Mediante tal embate, Bourdieu nos apresenta um esquema em que a estrutura e a ação estão contidas em um sistema onde a estrutura no indivíduo e a ação dos indivíduos (na sociedade) "alimentam" a estrutura, ou seja, as estruturas são internalizadas em forma de habitus que por sua vez são compostos por disposições, esquemas de percepção, de pensamento e de ação. É a partir do habitus que se gera as regularidades que coordena as ações permitindo as interações (via diversas formas de comunicação).

Há várias formas de internalização dos habitus nos indivíduos que vão da imitação, passando pela observação, pela prática até a influência de homologias (situações de estruturas similares). De forma simplificada teríamos o seguinte desenho: a estrutura produz habitus que são internalizados pelas pessoas e essas agem (ação social), ou seja, os indivíduos estariam incorporando as estruturas em forma de habitus e os reproduziriam em formas de ações sociais.

Como evidenciamos até o presente momento, o autor criou um sistema onde há a estrutura que é internalizada em forma de habitus (regras) que por sua vez orienta as ações dos indivíduos que fecha o ciclo influenciando (novamente) nas estruturas, porém, Bourdieu centra-se seus esforços para compreensão e análise em dois momentos desse sistema: no como as estruturas são internalizadas em forma de habitus e como esses habitus orientam as ações dos indivíduos, para melhor visualização, exemplificaremos com uma figura.

ESQUEMA DO SISTEMA SOCIAL EM PIERRE BOURDIEU



Nos esforços de Bourdieu para transcender as oposições de exterioridade e da interioridade chocam-se epistemologicamente com a noção de indivíduo, porém o habitus foi o conceito criado pelo autor para não cair neste problema e ao mesmo tempo entender como as estruturas são reproduzidas no tempo e no espaço sob formas de disposições duráveis nos indivíduos. O conhecimento praxiológico proposto por Bourdieu nos dá a dimensão do mundo social dentro do modelo exposto acima onde o habitus pode funcionar como estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante.

Para visualização de tal teoria iremos exemplificar como o autor utiliza seus conceitos e métodos de análise na questão de dominação entre gêneros, mais especificamente, a *Dominação Masculina*.

Para Bourdieu a Dominação Masculina existe porque o mundo social é criado historicamente pela masculinidade, ou seja, é um mundo de submissão (do

ser feminino) e de negação. Nesse processo, a própria divisão do trabalho no que concerne a importância dos cargos, num primeiro momento, são divididos conforme o gênero e, num segundo momento, a distinção/diferenciação ocorre no valor pago aos cargos, ou seja, os homens tendem a receber mais que as mulheres, mesmo quando os dois ocupam os mesmos cargos na escala hierárquica.

Como se não bastasse essa oposição entre homens e mulheres no mundo do trabalho, há outras instituições sociais que também são portadoras da reprodução da Dominação Masculina, a saber: a família, a igreja e a escola para nos atermos somente as mais importantes. A Dominação Masculina é naturalizada nas ações dos indivíduos seja pela divisão do trabalho por gênero ou por condutas morais e sociais da vida cotidiana. O habitus da masculinidade está estruturado na sociedade e ao mesmo tempo é estruturante na mesma.

Para entendermos o que vem a ser esta tal Dominação Masculina em Bourdieu, basta vermos que a masculinidade é internalizada em forma de habitus nos homens e nas mulheres, engendrando com isso um processo em que a Dominação Masculina vai além do gênero masculino, sendo na realidade uma forma de dominação social da mulher pelo homem, ou seja, funciona como uma estrutura estruturada.

Porém, o próprio autor reconhece que historicamente tem havido alguns avanços/conquistas por parte das mulheres, embora não suficiente para romper com a Dominação Masculina. Esses avanços se dão porque para Bourdieu a estrutura não é estática, há uma certa flexibilidade nela que permite com que as mudanças sociais ocorram, ou seja, é a possibilidade de ocorrer à estrutura estruturante.

Para compreendermos melhor a questão da Dominação Masculina basta retornarmos a Figura – *Esquema do Sistema Social em Pierre Bourdieu* – exposta acima e acrescentarmos na internalização os valores da masculinidade. Então o modelo ficaria assim: as estruturas são interanalizadas (valores da masculinidade, por exemplo) em forma de habitus e esses orientam as ações dos indivíduos que por sua vez influenciam nas estruturas fechando o ciclo.

Isto explica o beco sem saída que aparentemente verificamos no trabalho do autor, que na verdade não está interessado em defender os homens e nem mesmo fazer apologia da suposta “superioridade” masculina, mas sim está preocupado em demonstrar o problema da Dominação Masculina dentro do seu modelo de análise onde a dominação do gênero masculino sobre o feminino ocorre por que está no habitus que ambos estão internalizando, tanto os homens como as mulheres historicamente têm reproduzido os valores da masculinidade.

Anthony Giddens, por sua vez, é um sociólogo inglês que tenta criar uma teoria para compreender o funcionamento da sociedade e das relações sociais dentro de uma perspectiva que visa superar/complementar o embate clássico na sociologia entre estrutura e ação. Para tal feito, Giddens dialoga de forma direta com o funcionalismo.

A principal preocupação do autor centra-se no que o mesmo vai determinar por dualidade da estrutura, ou seja, a ação cria as estruturas e ao mesmo tempo a ação só acontece nas estruturas. As estruturas ao mesmo tempo em que constroem também facilitam. Nessa teoria da estruturação de Giddens, alguns conceitos serão necessários para que possamos entender sua teoria, para vermos no que ela difere da de Bourdieu e quais seus avanços e conflitos com alguns autores da sociologia.

Para que haja uma ação para o autor é preciso que se tenha intencionalidade, razão (racionalização da ação), conhecimento do mundo social, reflexividade, consciência prática, conhecimento prático, conhecimento discursivo e motivação. Todos esses conceitos enumerados são essenciais na compreensão do como as ações dos indivíduos influenciam e interferem nas estruturas.

A capacidade de fazer alguma coisa, de agir dos indivíduos, a agência enquanto o poder de fazer coisas. Esse poder de fazer só existe porque os indivíduos vivem constantemente em relações sociais que são mantidas pela rotina. A rotina também é essencial para a manutenção das instituições sociais.

A rotina em si é uma dualidade, ou seja, em parte ela é imposta pelas instituições sociais (rotinas institucionalizadas) e em partes ela é gerada por procedimentos decorrentes da consciência prática – o feito (oposta à consciência discursiva – o dito). A consciência discursiva se assemelharia ao Ego e a consciência prática ao superego e fechando por analogia a trilogia psicanalista de Freud, os motivos inconscientes e de cognição assemelha-se ao Id. A consciência prática é fundamental para a teoria da estruturação proposta por Giddens.

A continuidade das práticas (sociais) depende da reflexividade e esta só é possível devido à continuidade das práticas que as tornam nitidamente as mesmas através do tempo e do espaço. A reflexividade é como um caráter de monitoramento do fluxo contínuo da vida social e não meramente como autoconsciência. Ela se assenta no monitoramento contínuo da ação que os seres humanos (indivíduos) exibem, esperando sempre o mesmo dos outros.

O monitoramento reflexivo da atividade humana é uma característica da ação cotidiana e envolve a conduta do indivíduo (eu) e dos outros (nós). Os atores sociais controlam e regulam o fluxo de suas atividades como também esperam dos

outros a mesma postura, além de monitorar rotineiramente aspectos sociais e físicos dos contextos em que se movem/insere.

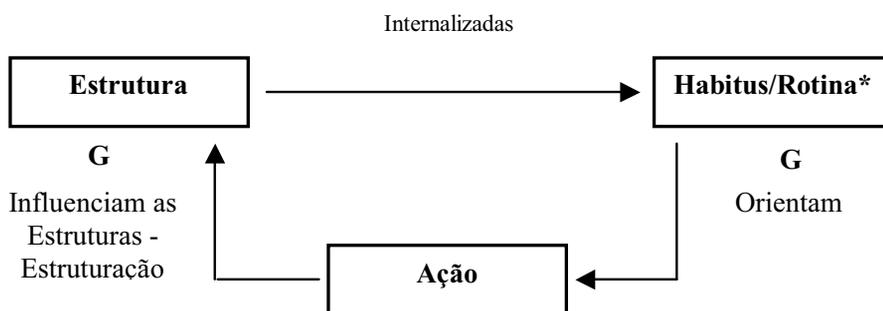
Assim como Bourdieu nos apresentou um modelo analítico composto por estrutura, habitus e ação, Giddens também nos trás um quadro muito semelhante, porém dando ênfase em outros aspectos. Para Giddens a estrutura é o conjunto de regras e recursos (controle de coisas e controle de pessoas), é um conjunto de relações de transformação organizadas como propriedades dos sistemas sociais. A estrutura esta fora do tempo e do espaço, sendo marcada pela ausência do sujeito.

Sistemas são como relações reproduzidas entre atores ou coletividades organizadas como práticas sociais regulares, compreende as atividades localizadas de agentes/atores humanos reproduzidas no tempo e no espaço.

E a estruturação é a condição que governa a continuidade ou transformação das estruturas e, portanto, a reprodução dos sistemas sociais. É o modo pelo qual os sistemas fundamentados nas atividades humanas cognitivas, onde os atores sociais se apóiam em regras e recursos das diversidades de contextos das ações que por sua vez são produzidas e reproduzidas pela interação social.

Como podemos perceber, Giddens dá muito mais importância as ações e suas respectivas influências sobre a estrutura do que Bourdieu e, a esse processo ele denomina de estruturação.

ESQUEMA DO SISTEMA SOCIAL DE GIDDENS



* Colocamos Habitus e Rotina como análogos para facilitar a comparação com o Modelo de Bourdieu, porém temos claro que para Giddens o habitus é parte da rotina e não sua totalidade.

Enquanto que Bourdieu dá centralidade no como a estrutura é internalizada em forma de habitus e como esses orientam as ações dos indivíduos, Giddens, por sua vez, está preocupado em como os habitus/rotina orientam as ações dos indivíduos e como essas vão influenciar nas estruturas por meio de um processo de estruturação que pode tanto dar continuidade como também podem transformar/modificar as estruturas.

Para ilustrar o modelo teórico proposto por Giddens iremos evidenciar como o autor o aplica ao analisar "*A Transformação da Intimidade*". Ao contrário de Bourdieu, Giddens não vê a questão de gênero como a Dominação Masculina, para o autor a questão de gênero é marcada por relações sociais onde as ações dos indivíduos influenciam a estrutura social.

Porém, na relação entre homem e mulher, principalmente no que concerne à intimidade, há vários tipos de envolvimento onde oscila a dominação de um sobre o outro. Ao passo que o amor romântico tende para a dominação do homem, o amor paixão tende para a dominação da mulher na relação.

Embora historicamente a mulher esteja associada a casa, logo ao que é familiar e o homem a rua, logo ao exótico, as diversas ações dos homens e das mulheres seja em movimentos organizados (grupos feministas, grupos de homossexuais, lésbicas e etc.), ou na vida cotidiana tem engendrado algumas modificações nas relações de gênero ou de homossexualidade, tem ocorrido muitas formas de democratização das relações (embora ainda não tenha equidade, houve muitos avanços).

Giddens ao dar grande ênfase ao processo de estruturação, ou seja, evidenciar o como as ações dos indivíduos nos processos históricos reproduzem e modificam as estruturas que serão internalizadas em formas de habitus/rotina para orientar as ações e assim fechar o ciclo que para o autor, graças ao conhecimento prático dos indivíduos, dá este caráter mais dinâmico ao modelo (assim como a vida social também é dinâmica), isto porque um modelo deve sempre se referir a realidade, por mais que não a seja.

Por último temos Norbert Elias que entra neste debate sociológico com a elaboração de uma sociologia das relações de poder, ou seja, para o autor o estabelecimento de regras que normatizam ou naturalizam as relações de poder existentes entre grupos ou entre um grupo e um quase-grupo se dá por uma interação que ocorre dentro de processos históricos.

Elias nesse sentido visa superar o clássico debate sociológico entre estrutura e ação ao colocá-las lado a lado num processo de interação histórica. Os indivíduos o tempo todo se deparam com uma estrutura dada e ao mesmo tempo

possuem a capacidade por meio das ações dentro de processos históricos de criar novas estruturas, é uma espécie de dualidade social onde os indivíduos simultaneamente incorporam as estruturas e por meio de suas ações criam estruturas, normas e regras sociais mais gerais ou específicas a um grupo.

Para nos demonstrar que o mundo social não é estático centrado nas estruturas e nem que é somente dinâmico centrado na ação, Elias em seu texto, "*Os Estabelecidos e os Outsiders*", demonstra como se forma a identidade social e os campos de poder que se estabelecem em um conjunto de pessoas pertencentes a um bairro Inglês. A identidade para o autor se forma em um processo histórico que envolve o *contraste* (entre dominadores e dominados) e a *unidade* (interdependência estrutural dos dois grupos polarizados).

Este estudo do autor evidencia que a identidade social está associada de forma íntima as relações de poder existentes no bairro, cujo poder esta assentado sobre a tradição, a autoridade, ou seja, a temporalidade (antiguidade) é de fundamental importância para o estabelecimento dicotomizado dos grupos dentro de um mesmo bairro.

A essa dicotomia, que implica em se ter um grupo que domina – estabelecidos – e um grupo que é dominado – *outsiders* –, apresenta reflexo temporal e espacial. Temporal porque essa divisão do grupo é dada pelo tempo no local, pela tradição e espacial porque ele reflete no próprio arranjo geográfico, ou seja, há uma criação de uma paisagem que separa espacialmente um grupo do outro. A dicotomia entre os grupos além de ser uma forma contrastiva de construção histórica dos grupos estabelecidos e dos grupos *outsiders*, também é uma forma de hierarquizar os grupos segundo o grau de poder que possuem.

O controle social, ou a possibilidade de manutenção e/ou de alteração da configuração dicotomizada daquele grupo é feita por mecanismos simbólicos, no qual a fofoca, os elogios e outros recursos lingüísticos são de fundamental importância.

Por meio desse controle simbólico é que se ratifica os estabelecidos e se estigmatiza os *outsiders*. Ao passo que os primeiros são portadores de grande coesão social, os segundos são totalmente desarticulados, ocorrendo de forma incipiente ou mais arraigada o preconceito e os estigmas entre eles mesmos. Esta configuração que na soma dos grupos é dicotomizada, quando vistos separados, os *outsiders* não possuem coesão, não possuem uma identidade comum de grupo, com isso a possibilidade de ruptura histórica do campo de poder que se estabeleceu no bairro fica cada vez mais deficitária/remota, porém não impossível.

Pensar em estabelecidos e *outsiders* é pensar em um grupo coeso e dominante apoiado na tradição e portador de grande status e em outro grupo sem

ou com pouca coesão, temporalmente mais recente no bairro e portadores de estigmas negativos e depreciativos. O que está em questão para Elias é a compreensão da civilização em seus diversos arranjos sociais enquanto um processo histórico estabelecido entre dominadores e dominados num arranjo estrutural de interdependência entre os dois grupos, onde ao mesmo tempo em que um está ligado ao outro um depende do outro. Para o autor a sociedade está para os indivíduos ao mesmo tempo em que os indivíduos organizados em grupo estão para a sociedade.

Para ajudar ratificar a imagem negativa dos *outsiders*, há pequenos grupos de adolescentes que tentam enfrentar a relação de poder estabelecida entre os dois grupos por meio da violência física ou simbólica num processo de anomia. Como o estabelecimento dos dois grupos se dá de forma histórica, assentada em recursos lingüísticos numa construção contrastiva, a conduta negativa de poucos indivíduos dentro dos *outsiders* é mais que suficiente para que os estabelecidos generalizem para todo o grupo por um lado e, por outro, para que os próprios *outsiders* fiquem cada vez mais sem coesão (ou com baixa).

No trabalho de Elias, podemos afirmar que há uma inversão em certa medida ao proposto por Bourdieu. Bourdieu embora visa superar o embate estrutura/ação, em seu modelo pode haver uma predominância na estrutura, com a ressalva que essa também está sujeita as influencias das ações dos indivíduos. Já Elias, com relação ao mesmo embate, nos apresenta uma predominância nas ações dos indivíduos/grupos (relação/interação face a face em processos históricos de interdependência), embora também não desconsidera em nenhum momento a internalização da estrutura nas condutas sociais dos indivíduos/grupos. Por fim, vale ressaltar a crítica que Elias faz a noção de ação individual enquanto um processo de escolha racional ou contratual, o autor reafirma que o *contraste* e a *unidade* presente historicamente no estabelecimento do poder entre os grupos é de fundamental importância para a identidade e para o processo civilizatório como um todo.

Porém, ao adentrarmos ao século XXI, mais precisamente, já a partir da última metade do século XX, donde o mundo tem passado por um conjunto de acontecimentos e fenômenos econômicos, sociais, políticos, científicos e culturais até então nunca vistos. Estamos falando dos avanços da ciência no que tange ao mapeamento genético, os avanços tecnológicos e informacionais das redes de computadores, dentre inúmeros outros aspectos que nos trazem a reflexão não só como compreende-las e/ou explica-las, seja a partir de estruturas, da ação ou da tentativa de superação desta dicotomia como o feito pelos autores supra (as ques-

tões pertinentes dos seus respectivos tempos). O que a nova e incipiente configuração nos trás é também uma inquietação analítica sobre até que ponto os instrumentos e análises realizadas até então são capazes de dar conta/respostas e/ou entendimento desta nova complexidade mundo que estamos vivenciando?

Para efeito deste trabalho, optamos em explorar muito mais o debate entre teorias centradas na estrutura e teorias centradas na ação e as diversas formas de superação do que ensejamos novas categorias e conceitos para referirmos a esses novos ordenamentos científicos e tecnológicos. Preferimos com isto deixar as questões desta segunda esfera muito mais como indagação a ser reverberada (questão a ser pensada, percebida). Tal escolha nos parece sensata uma vez em que a nossa luz ainda podemos inferir e usufruirmos muito dos debates, categorias e conceitos produzidos pela teoria social até então, o que, não nos limita de enumerarmos ou ao menos começarmos a evidenciar a possibilidade de elaboração de outros conceitos e outras categorias mais adequadas a essa nova realidade (complexa, difusa e contraditória), a esses novos processos em andamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre teorias centradas na estrutura e teorias centradas na ação e as possibilidades teóricas de superação deste embate aqui apresentado é apenas uma forma incipiente de expor uma problemática essencial e fundamental nas ciências sociais ao criarem seus arranjos teórico-metodológicos para compreender, explicar, descrever ou mesmo analisar os processos sociais, a forma de organização da sociedade, enfim, as inquietações gerais contidas no que podemos chamar de teoria social. Para tal, a análise das obras de alguns autores, suas diferenças e semelhanças foram fundamentais.

Ao descrevermos sobre Durkheim e Weber enquanto fundadores da sociologia clássica nos implicou em diferencia-los pelo método, porém não hierarquiza-los do melhor para o pior. As diferenças metodológicas verificadas no decorrer deste trabalho e a própria diferença no tipo de pesquisa pelo qual cada autor optou em realizar (o primeiro a pesquisa quantitativa e o segundo a pesquisa qualitativa) devem ser encaradas como modelos (teorias) consistentes de como se realiza uma pesquisa com coerência na aplicação do método e clareza nas explicações/compreensões daí resultadas.

A pesquisa quantitativa de Durkheim (como apresentada neste texto) sobre o suicídio segue a rigor sua proposição metodológica de considerar as taxas de suicídios enquanto um fenômeno social, logo possuidora das características de um fato social (coercitivo e exterior), acabando por explicar, com isto, o fenômeno supra enquanto um fenômeno social presente nas consciências coletivas, ou seja, algo a ser estudado e explicado pela sociologia, ciência que o autor está fundando.

O mesmo rigor que Durkheim apresenta no desenvolvimento de sua pesquisa, Weber apresenta na elaboração de sua pesquisa qualitativa que visa a compreensão de quais motivações estariam orientando as ações dos indivíduos para o desenvolvimento singular do espírito do capitalismo no ocidente e não em outras civilizações, para tal, Weber cria algumas classificações e tipologias para melhor compreender esta relação multi-causal de motivações orientando determinadas ações que por sua vez, acabam por definir um novo tipo de estilos de vida e, por conseguinte, um novo padrão de relações sociais mais racionalizadas, ocasionando um desencantamento do mundo.

Tanto o primeiro autor quanto o segundo tem contribuições relevantes à sociologia e as ciências sociais como um todo, seja nas pesquisas de cunho quantitativo ou qualitativo, seja pela forma de visar explicar para depois compreender ou de primeiro compreender para depois poder explicar, enfim, ambos possuem corroborações essenciais à pesquisa sociológica ainda na atualidade.

O debate dentro das ciências sociais, em particular dentro da sociologia entre estrutura e ação não só tem sido um dos pontos centrais na produção científica dessa ciência como também tem sido importante para a criação de novas teorias que visam explicar, analisar ou compreender a complexidade do mundo social.

Nossa intenção foi tentar demonstrar como esse debate se apresentava nos autores clássicos – Marx, Weber e Durkheim – e a partir deles como os autores contemporâneos – Bourdieu, Giddens, Anselm Strauss e Elias – de forma direta ou indireta, consciente ou inconsciente tem produzido/elaborado trabalhos científicos que visam superar tal embate. A superação além de nos trazer avanços na forma de compreender o mundo social, ainda estabelece historicamente a predominância de um autor em determinada época, não que esse seja mais importante que os demais, mas sim que esse conseguiu se estabelecer mais que os outros naquele momento histórico.

Os avanços no que tange o debate *estrutura e ação* nas ciências sociais, além das contribuições para o campo de saber em que está inserida, ainda nos trazem contribuições relevantes acerca das formas de compreendermos os fenômenos sociais, tais como os explorados neste trabalho (Masculinidade, Gênero, Grupos Sociais dentre outros).

Por outro lado, embora não tenha sido objeto direto e central deste trabalho, faz pertinente a reflexão sobre as alterações sociais que temos vivenciado seja na esfera tecnológica, científica, informacional ou mesmo organizacional desde o final do século XX e início deste século XXI e, juntamente com elas, até que ponto não será preciso que a teoria social também recrie seus conceitos e categorias analíticas. Mas, essas questões neste exercício foram nos postas muito mais como inquietação a ser refletida do que a ser analisada e descrita enquanto tal.

Esperamos com isto, poder de alguma forma trazer contribuições/reflexões para a teoria social no que tange as análises centradas na estrutura e as análises centradas na ação e, com isto, respectivamente buscar a superação desta dicotomia e, ao mesmo tempo, enumerarmos no final (do texto) uma problemática (se é que já podemos defini-la assim) a ser refletida, senão, pelo menos a ser notada com muito cuidado.

NOTAS

- ¹ Sociólogo e Cientista Político, Doutorando em Ciências Sociais na UNICAMP. Bolsista-Docente junto ao Departamento de Ciência Política da UNICAMP e membro da equipe do Projeto Temático UNICAMP/CEDEC “Reestruturação Econômica Mundial e Reformas Liberalizantes nos Países em Desenvolvimento” (FAPESP), coordenado pelo professor Sebastião Carlos Velasco e Cruz. Pesquisador do Centro de Estudos Internacionais e de Política Contemporânea – CEIPOC/ UNICAMP. lemeaa@unicamp.br
- ² Essa divisão é uma das principais causas da alienação do trabalhador que é explorado pelo aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e pela intensificação de recursos tecnológicos e diminuição das condições socialmente necessárias a subsistência do trabalhador. Nesse processo o trabalhador também é visto como mercadoria, ocorrendo a fetichização da mercadoria que resulta na subsunção formal e real do trabalhador.
- ³ O Fato Social é distintivo de outros fenômenos presentes na natureza e nas predisposições psíquicas dos indivíduos por se apresentarem como coisa exterior às consciências individuais e susceptíveis de exercerem ação coercitiva sobre as mesmas.
- ⁴ O clima aqui é entendido em suas variações, calor e frio, por exemplo.
- ⁵ Correlação entre as taxas de suicídio e as variações na temperatura (calor e frio e suas respectivas intensidade segundo um padrão quantitativo – categorização da temperatura em intervalos).
- ⁶ Os atos positivos estão associados às mortes provocadas de forma direta pelos indivíduos, como por exemplo, o ato de um indivíduo disparar contra si mesmo um tiro de revólver ou apunhalar uma faca em pontos vitais do seu corpo.

- ⁷ Os atos negativos por sua vez estão associados às mortes provocadas de forma indireta, tal como o ato de um indivíduo que resolve deixar de comer ou que numa eventualidade não queira sair da frente de um automóvel que venha em sua direção, por exemplo.
- ⁸ *Este parentesco estreito entre a vida e a estrutura, entre o órgão e a função, pode ser facilmente estabelecido em sociologia porque entre estes dois termos extremos existe toda uma série de intermediários imediatamente observáveis que mostra a ligação entre eles. A biologia não tem o mesmo recurso. Mas é permitido acreditar que as induções da primeira destas ciências sobre este assunto são aplicáveis à outra e que nos organismos, tal como nas sociedades, só existem diferenças de grau entre estas duas de factos (Durkheim, 1995:39).*
- ⁹ Weber não tenta com isto realizar uma inversão da esfera econômica para a religiosa como causa única, o autor compreende que há várias causas intrinsecamente ligadas a evolução do capitalismo, porém, sua pesquisa se preocupa em compreender a correlação da ética protestante para o espírito do capitalismo.
- ¹⁰ Esta diferenciação que fizemos entre Parsons, Strauss e Goffman pode ser generalizada para a diferenciação entre o interacionismo simbólico e o funcionalismo.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- ARON, R.. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BELLUZZO, L.G.M. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*, Campinas, S.P.: Unicamp. IE, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999
- _____. *O poder simbólico*. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989
- _____. *A economia das trocas lingüísticas*. SP: Edusp, 1998.
- COHN, G.(org.). *Weber – sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática
- DURKHEIM, E. *O Suicídio – estudo sociológico*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.
- _____. *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- _____. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ícone, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. Editora Martins Fontes, SP., 1989.
- _____. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa, Editora Presença, 1994.
- _____. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

_____. *Novas regras do método sociológico*. RJ: Zahar Editores, 1978.

_____. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. RJ: Editora Record, 2000.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (Coleção Os Pensadores).

_____. *O capital*, (Livro I, volume I). S.P.: Nova Cultural, 1988.

_____. *Capítulo VI Inédito de o Capital: resultados do processo de produção imediata*. SP: Editora Moraes, 1998.

MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*, SP: Editora Brasiliense, 1985.

STRAUSS, Anselm. *Espelhos e máscaras: a busca da identidade*. São Paulo: EDUSP, 1999.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2000.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universitária de Brasília, 1994. (volume I).